

rs

## **VOCÊ SEGURADORA S.A**

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de  
2023, relatório da administração e relatório dos  
auditores independentes

## **Relatório da administração**

**Aos Acionistas**, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Você Seguradora S.A. relativas ao exercício findo em 2023, apuradas com base na regulamentação vigente.

**A empresa:** A Você Seguradora S.A., constituída em 09 de fevereiro de 2022, após autorização concedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP N°8.016 de 10 de outubro de 2022, para operar seguros de pessoas e previdência complementar aberta, no segmento S3, em todo território nacional.

**Desempenho Operacional:** A Seguradora iniciou efetivamente a comercialização de Seguros em maio de 2023. No fim do exercício de seu primeiro ano, com suas operações a seguradora emitiu R\$ 1.036 mil de prêmios. Com ativos totais de R\$ 10.867 mil.

**Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros, consultores e às autoridades de controle, pelas orientações e atenção prestadas à Você Seguradoras S.A.

São Paulo / SP, 22 de fevereiro de 2024.

A Diretoria.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores e Acionistas da  
**VOCÊ SEGURADORA S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **VOCÊ SEGURADORA S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **VOCÊ SEGURADORA S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024.

**TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**

CRCRS 009308-F

Luiz Fernando Silva Soares

Contador CRCRS no. 033.964-O

## **PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

**ANO-BASE: 2023**

**AOS ACIONISTAS E ADMINISTRADORES DA VOCÊ SEGURADORA S/A**

### **Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da VOCÊ SEGURADORA S/A, em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

### **Responsabilidade da Administração**

A Administração da VOCÊ SEGURADORA S/A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da VOCÊ SEGURADORA S/A são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da VOCÊ SEGURADORA S/A em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

### **Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

### **Ricardo César Pessoa**

Sócio Atuário

MIBA 1076 (Certificado)

FOCO ATUARIAL SERVIÇOS DE CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA.

CNPJ 30.177.440/0001-80

CIBA 158

**Você Seguradora S.A.**

Balanço patrimonial  
**31 de dezembro de 2023**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>CIRCULANTE</b>		<b>10.906</b>	<b>10.084</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>112</b>	<b>-</b>
Caixa e Bancos	5	1	-
Equivalentes de caixa	5	111	-
<b>APLICAÇÕES</b>		<b>10.680</b>	<b>10.074</b>
Aplicações	6	10.680	10.074
<b>CRÉDITO DAS OPERAÇÕES DE SEGURO</b>		<b>105</b>	<b>-</b>
Prêmios a receber	7	76	-
Outros Créditos Operacionais		29	-
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>6</b>	<b>10</b>
Créditos tributários e previdenciários		5	-
Adiantamentos		1	-
Outros Créditos		-	10
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Despesas Operacionais		-	-
<b>CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS</b>		<b>3</b>	<b>-</b>
Custo de Aquisição	8	3	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.906</b>	<b>10.084</b>

**Você Seguradora S.A.**

Balanço patrimonial

**31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.582</b>	<b>166</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>		<b>482</b>	<b>166</b>
Obrigações a Pagar	9	425	2
Imposto Sobre Operações - IOF	9 b	1	-
Impostos e encargos Sociais a Recolher	9 b	2	35
Impostos e Contribuições	9 b	13	129
Outros Contas a Pagar	9	41	-
<b>DÉBITO OPERAÇÕES DE SEGURO</b>		<b>124</b>	<b>-</b>
Corretores de seguros	10	124	-
<b>DEPÓSITOS DE TERCEIROS</b>		<b>88</b>	<b>-</b>
Prêmios e Emolumentos Recebidos	11	88	-
<b>PROVISÕES TÉCNICAS</b>		<b>888</b>	<b>-</b>
Provisões Técnicas	12	888	-
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>-</b>	<b>13</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.324</b>	<b>9.905</b>
Capital Social	13	9.500	9.500
Reserva de Lucros	13	405	405
Prejuízos Acumulados	13	(581)	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>10.906</b>	<b>10.084</b>

## Você Seguradora S.A.

Demonstrações do resultado

**31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
	Explicativa		
Prêmios emitidos	14	1.573	-
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	14	(745)	-
<b>(=) Prêmios ganhos</b>		<b>828</b>	<b>-</b>
(-) Sinistros ocorridos	14	(143)	-
(-) Custo de aquisição	14	(418)	-
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	14	1	-
<b>(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>(1.829)</b>	<b>(6)</b>
(-) Serviços de Terceiros	14	(1.749)	(6)
(-) Localização e Funcionamento	14	(80)	-
<b>(-) DESPESAS COM TRIBUTOS</b>		<b>(238)</b>	<b>(71)</b>
<b>(+) RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>1.251</b>	<b>744</b>
(+) Receitas Financeiras	14	1.271	744
(-) Despesas Financeiras	14	(20)	-
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(548)</b>	<b>667</b>
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	-
<b>(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>(548)</b>	<b>667</b>
(-) Imposto de Renda		(17)	(155)
(-) Contribuição Social		(16)	(107)
(-) Participações sobre o lucro		-	-
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO</b>		<b>(581)</b>	<b>405</b>
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		9.500.000	9.500.000
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO POR AÇÃO</b>		<b>(0,06)</b>	<b>0,04</b>

**Você Seguradora S.A.**

Demonstrações do resultado abrangente

**31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Exercício findo em	
	31.12.23	31.12.22
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	(581)	405
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	-	-
<b>Total Resultado Abrangente do Exercício</b>	(581)	405

**Você Seguradora S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

**31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva Estatutária</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Lucro / Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>SALDOS EM 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.500</b>	<b>385</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>9.905</b>
Aumento / Redução de Capital	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	-	-	-	(581)	(581)
<b>SALDOS EM 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9.500</b>	<b>385</b>	<b>20</b>	<b>(581)</b>	<b>9.324</b>

**Você Seguradora S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto

**31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(581)	405
OUTROS AJUSTES - Imposto de Renda e Contribuição Social	33	-
<b>VARIAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		
ATIVOS FINANCEIROS	(606)	(10.074)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS	(105)	-
CRÉDITOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS	(5)	-
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	(3)	-
OUTROS ATIVOS	9	(9)
FORNECEDORES	(2)	-
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(148)	164
OUTRAS CONTAS A PAGAR	466	2
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	124	-
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	88	-
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS	888	-
OUTROS PASSIVOS	(13)	-
<b>CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) NAS OPERAÇÕES</b>	<b>145</b>	<b>(9.500)</b>
IMPOSTOS SOBRE LUCROS PAGOS	(33)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>112</b>	<b>-</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>9.500</b>
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>112</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO ÍNICIO DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>112</b>	<b>-</b>

## VOCÊ SEGURADORA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

**Contexto operacional:** A Você Seguradora S.A., constituída em 09 de fevereiro de 2022, após autorização concedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP Nº8.016 de 10 de outubro de 2022, para operar seguros de pessoas e previdência complementar aberta, no segmento S3, em todo território nacional. Suas demonstrações contábeis foram apresentadas à Diretoria e aprovadas para divulgação em 28 de fevereiro de 2024.

**1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a demonstração do fluxo de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor.

**1.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep n.º 648/2021 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício em 28 de fevereiro de 2024.

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/21, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

**1.2 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;

**1.3 Continuidade:** Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais

exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios.

**1.4 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas demonstrações financeiras, arredondado em milhares, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço.

**1.5 Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

**1.6 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil) mas não estão em vigor para o exercício de 2023, para as empresas seguradoras pois não foram aprovadas pela Susep.

**IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros":** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Todavia, a administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento.

**IFRS 17 - "Contratos de Seguros":** O IFRS 17 – “Contratos de Seguros”: foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, porém a Susep ainda não aprovou este pronunciamento. A Seguradora está avaliando os impactos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

## **2. Resumo das principais práticas contábeis:**

**2.1** Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

**2.2 Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

**3.3 Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

**3.4 Contas a pagar:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

**3.5 Benefícios a empregados:** Ao fim do exercício de 2023, a companhia não apresentava registro de colaboradores no seu quadro de funcionários, sendo assim, ela não aplicou o CPC 33 no que tange o programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo. A companhia utiliza estrutura compartilhada e mantém contratos com fornecedores especializados para suporte nas operações da seguradora.

**3.6 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31/12/2023 a Seguradora não possui processos contingentes em andamento.

**3.7 Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos serão calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência. No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido. No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços.

**3.8 Receitas de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são

reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

**3.9 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros.

**3.10 Circulante e não Circulante:** As contas do circulante são compostas por ativo e passivo que reúne valores esperados a serem realizados ou liquidados (pagos) em até doze meses após a data-base das demonstrações contábeis, ou seja, no grupo circulante são registrados direitos no curso do exercício social subsequente e as obrigações, quando se vencerem no exercício seguinte de acordo com sua natureza.

#### **3.10.1 Passivos oriundos de contratos de seguros**

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados, de acordo com a Circular SUSEP nº 648 de 2021 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

(i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos (PPNG\_RVNE), sendo esta parcela estimada a partir da aplicação de testes para obtenção dos valores efetivamente observados, vigentes e emitidos em atraso.

(ii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data de cálculo. Os valores provisionados são calculados a partir de estimativa de pagamento dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na Nota Técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos

em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNR, que é apurado a partir da aplicação de testes de consistência para obtenção da melhor estimativa de ajuste.

(iii) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das demonstrações de cálculo. Para o cálculo, são utilizadas premissas de mercado para os ramos de operação da DASSEG, em virtude da Seguradora ainda estar no início das suas operações.

(iv) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, estimada de forma agregada e a PDR (PSL), que contempla a estimativa de despesas diretas relacionadas aos sinistros avisados e ainda não pagos, seguindo os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão despesas relacionadas a sinistros avisados (PSL), a seguradora apura as despesas relacionadas, de forma individualizada, pendentes de pagamento na data base de cálculo e, ainda, estima o valor global das despesas relacionadas aos sinistros judiciais que estejam em PSL. A parcela relacionada a sinistros não avisados (IBNR) é estimada pela razão entre a PDR(PSL) e a respectiva PSL.

(v) A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) é constituída para garantir o pagamento de resgates e devoluções de contribuições pendentes de regularização até a data-base de cálculo. Sua metodologia considera a estimativa de valores a regularizar, tanto na esfera administrativa como judicial, devidamente corrigidos até sua liquidação / extinção.

### **3.11 Teste de Adequação de Passivos (TAP)**

Conforme previsto nos normativos em vigor, em cada data de balanço a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor contábil os passivos de contratos de seguro, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas. Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa de cumprimento dos contratos até a data-base de cálculo, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, conseqüentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa realizados e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base (exceção a Provisão Complementar de Cobertura – PCC, se houver), deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões. Caso resulte em valor positivo, esta diferença deverá ser constituída na PCC, quando decorrente das provisões de PPNG, PMBAC e PMBC, ou, quando decorrente das demais provisões, deverá proceder-se ao ajuste da própria provisão que o originou.

- Principais premissas adotadas:

Sinistralidade: para a apuração das estimativas de sinistros, adotou-se as taxas de sinistralidade extraídas do Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES), considerando-se a experiência de todas as supervisionadas no período dos últimos 36 meses.

Taxa de Juros e índice de preços: Aplicou-se o novo modelo de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco, disponível a partir de jan/2022, para apuração do valor presente dos fluxos de caixa, para o segmento de Pessoas, aplicou-se a a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP.

Despesas administrativas: Foram projetadas com base no histórico das despesas administrativas reais da Seguradora, considerando a premissa do TAP de que não haverá novas vendas (apenas a manutenção das obrigações assumidas até a data base).

Conforme abaixo, pode-se concluir que o TAP não indicou necessidade de constituição de provisionamento complementar. Por fim, informamos que não se identificou valor de "Mais Valia" para o período.

<b>Grupo</b>	<b>VP fluxos de caixa</b>	<b>Provisões técnicas</b>	<b>CAD</b>	<b>Resultados</b>
PPNG	335	745	3	(407)
PSL, IBNR, PDR	128	142	-	(14)
PVR	-	-	-	-

### **3.12 Análise de Sensibilidade**

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em alguns de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa do impacto de aumento de sinistralidade em sinistros IBNR e nas despesas administrativas, agravando as rubricas da Provisão IBNR e das despesas administrativas, pois este é o indicador que, frente ao tipo de operação praticada, pode apresentar alguma volatilidade relevante, refletindo impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil avaliado na data base do teste. Os demais parâmetros referentes a taxas de juros, índices de conversibilidade, inflação e demais, considerando as características dos produtos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

Desta forma, entendeu-se prudente aplicar um agravamento de 20% na rubrica contábil de constituição da provisão IBNR e 5% nas despesas administrativas verificadas no exercício de 2023, com vistas a analisar-se os respectivos impactos advindos deste cenário, resultando nos seguintes reflexos contábeis, líquidos dos efeitos tributários, no resultado e no patrimônio líquido:

Por R\$ 1,00

Premissas do teste de sensibilidade	Reflexo no Resultado		Reflexo no PL	
	Normal	Agravado	Normal	Agravado
Agravamento de 20% na Provisão IBNR e 5% nas Despesas Administrativas	(580.880)	(712.735)	9.905.269	9.773.414

Como conclusão do teste de sensibilidade, o impacto estimado sobre o Resultado e o PL, seria absorvido pela Seguradora, uma vez que permaneceria com suficiência de PLA em relação ao CMR.

### 3.13 Desenvolvimentos Sinistros

#### Comportamento da provisão de sinistros a liquidar

No houve registros de sinistros ocorridos no exercício de 2023, ano em que a Seguradora iniciou a sua operação.

**4. Gerenciamento de riscos:** A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição de seguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro

Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

**4.1 Gerenciamento de risco de créditos:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que o limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1.

**4.2 Gerenciamento de risco de liquidez:** A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos.

**4.3 Gerenciamento de mercado:** O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1). Em 31/12/2023 não havia saldos em contas de instrumentos financeiros no Balanço da Seguradora.

**4.4 Gerenciamento de risco operacional:** Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a seguradora não registrou perdas.

**4.5 Gestão de risco de capital:** As Seguradoras devem executar suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na nota 13.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa:

	<u>31/12/2023</u>
Equivalentes de Caixa	112
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>112</u>

## 6. Aplicações

	Saldo em 31/12/2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Resultado na venda	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2023
<b>Disponíveis para venda</b>						
CDB	10.074	362	(1.870)	1.223	-	9.789
Fundos de Investimento – RF	-	851	-	40	-	891
<b>Total</b>	<b>10.074</b>	<b>1.213</b>	<b>(1.870)</b>	<b>1.263</b>	<b>-</b>	<b>10.680</b>

## 7. Créditos das operações com seguros

### 7.1 Prêmios a receber

31/12/2023

Ramos	Prêmios a Receber (RVE) de Representantes	Prêmios a Receber (RVNE)	Prêmios a Receber líquido	Período médio de vencimento
0929 – Funeral	-	1	1	30 dias
0982 – Acidentes Pessoais	37	32	69	30 dias
0993 – Vida	-	6	6	30 dias
<b>Total Geral</b>	<b>37</b>	<b>39</b>	<b>76</b>	

### 7.2 Movimentação dos Saldos

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>895</b>
(+) Prêmios emitidos	1.571
(+) Prêmios RVNE	39
(-) Prêmios cancelados	(37)
(+) IOF	6
(-) Recebimento	(1.503)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>76</b>

### 7.3 Aging dos Prêmios Pendentes

31/12/2023

Vencidos

<b>Até um ano</b>	
Até 30 Dias	37
De 31 a 60 dias	-
De 61 a 90 dias	-
RVNE	37
<b>Total de Prêmios e Emolumentos</b>	<b>37</b>

### 8. Custos de Aquisição Diferidos (comissões)

Ramo 31/12/2023

0982 – Acidentes Pessoais	3
<b>Total Geral</b>	<b>3</b>

**Total CP** 3

### 9. Contas a Pagar

#### 9.a. Contas a Pagar

<b>Até um ano</b>	<b>31/12/2023</b>
Obrigações a Pagar	425
Outros Contas a Pagar	41
<b>Total de obrigações a pagar curto prazo</b>	<b>466</b>

#### 9.b. Impostos e Contribuições

31/12/2023

<b>Até um ano</b>	
IR Retido de terceiros	2
Outros impostos e contribuições	1
COFINS a Recolher	11

PIS a Recolher		2
<b>Total de Impostos e Contribuições</b>		<b>16</b>

#### 10. Débitos com operações de Seguros

		<b>31/12/2023</b>
<b>Até um ano</b>		
Comissões a Pagar	-	124
<b>Total</b>	-	<b>124</b>

#### 11. Prêmios e Emolumentos Recebidos

		<b>31/12/2023</b>
<b>Até um ano</b>		
Até 30 Dias		88
<b>Total de Prêmios e Emolumentos</b>		<b>88</b>

12. Provisões Técnicas

Ramo	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVE	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVNE	Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados - IBNR	Outras Provisões
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
0929 - Funeral	-	1	-	1	-
0982 – Acidentes Pessoais	706	32	-	116	-
0993 - Vida em Grupo	-	6	-	26	-
Total Geral	<b>706</b>	<b>39</b>	-	<b>143</b>	-
<b>Total das Provisões Técnicas Circulante</b>	<b>888</b>				

**13. Patrimônio líquido:** **a)** *Capital social* O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 9.500 e está representado por 9.500.000 (nove milhões e quinhentos mil) de ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

**b) Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, quando aplicável. O resíduo será distribuído aos acionistas proporcionalmente à quantidade de ações detidas, sendo o dividendo mínimo estabelecido em 1% (um por cento) do resíduo do lucro líquido da Companhia. A reserva estatutária é constituída nos termos do Estatuto Social, o montante do lucro, após a constituição da Reserva Legal, não destinado à distribuição aos acionistas.

**c) Prejuízos Acumulados:** Em 31/12/2023 a companhia apresentou um prejuízo de R\$ 438.

**d) Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 648/21, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. A sociedade segue os prazos estabelecidos na legislação específica para cálculo deste último;

i. Para fins de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido, em 31 de dezembro de 2023 seguindo a Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, foram realizados os ajustes de qualidade do CMR com 3 níveis de PLA conforme critérios abaixo:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;

b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Os valores apurados são:

	31/12/2023
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	9.324
PLA Nível 1	9.324
PLA Nível 2	-
PLA Nível 3	-
Ajustes de qualidade CMR (PLA nível 2 e 3)	-
Capital base (I)	8.100
Capital de Risco de subscrição	168
Capital de Risco de crédito	233
Capital de Risco Operacional	4
Capital de Risco de Mercado	189
Benefício da Diversificação	(148)
Capital de Risco – CR (II)	446
Capital mínimo requerido – CMR (maior valor entre I e II)	8.100
Suficiência de de PLA	1.224
Cobertura do Patrimônio (NÍVEL 1) (mínimo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 1)	115 %
Cobertura do Patrimônio (NÍVEIS 2 e 3) (máximo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 2 e 3)	0%
Cobertura do Patrimônio (NÍVEL 3) (máximo 15% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 3)	0%
Provisões Técnicas	888
Direitos Creditórios	0
Custos de Aquisição Diferidos Redutores	0
<b>Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas</b>	<b>888</b>
Ativos Garantidores Líquidos	890
<b>Ativos em Excesso à Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas</b>	<b>2</b>
<b>Taxa de Cobertura</b>	<b>100,2%</b>

#### 14. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>a) Prêmios emitidos</b>		
Prêmios emitidos	1.573	-
Prêmios RVNE	-	-
Prêmios Cancelados	-	-
<b>b) Variação das provisões técnicas de prêmios diretos</b>	<b>(745)</b>	-
Provisão de Prêmios Não Ganhos - RVE	(706)	-
Provisão de Prêmios Não Ganhos - RVE	(39)	
<b>c) Sinistros ocorridos diretos</b>	<b>(143)</b>	-
Indenizações avisadas	-	-
Salvados	-	-
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR)	(143)	-
Variação das Despesas Relacionadas (IBNR)	-	-
<b>d) Custos de aquisição</b>	<b>(418)</b>	-
Comissões a pagar	(421)	-
Variação do Custo de Aquisição diferido	3	-
<b>e) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>1</b>	-
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>1</b>	-
Receitas Diversas	1	-
<b>f) Despesas administrativas</b>	<b>(1.829)</b>	<b>(6)</b>
Serviços de terceiros	(1.749)	(5)
Localização e funcionamento	(80)	(1)
<b>g) Despesas com tributos</b>	<b>(237)</b>	<b>(71)</b>
COFINS	(76)	(30)
PIS	(12)	(5)
Taxa de fiscalização	(149)	(36)
<b>h) Resultado financeiro</b>		
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.252</b>	<b>744</b>
Receitas com títulos de renda fixa	1.273	744
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(21)</b>	-
Outras despesas financeiras	(21)	-
<b>i) Impostos sobre o Resultado</b>	<b>(33)</b>	<b>(262)</b>
Imposto de Renda	(17)	(155)
Contribuição Social	(16)	(107)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(581)</b>	<b>405</b>

#### 15. Remuneração dos Diretores e Operações com Partes Relacionadas:

Não houve pagamento de remuneração aos Diretores no exercício de 2023. Partes relacionadas podem ser definidas, de um modo amplo, como aquelas entidades, físicas ou jurídicas, com as quais uma Companhia tenha possibilidade de contratar, no sentido lato deste termo, em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia, ao seu controle gerencial ou a qualquer outra área de influência.

DIRETORIA	NOME	REGISTRO
DIRETOR PRESIDENTE	<b>Roberto Arduini Gomes Teixeira</b>	<b>NÃO APLICAVEL</b>
DIRETOR	<b>Anderson de Oliveira Reis</b>	<b>NÃO APLICAVEL</b>
CONTADOR	<b>Fábio Roberto Pereira</b>	<b>CRC – 1SP239076-O/O</b>
ATUÁRIO	<b>Roberto Carlos Pereira do Lago</b>	<b>MIBA 835</b>